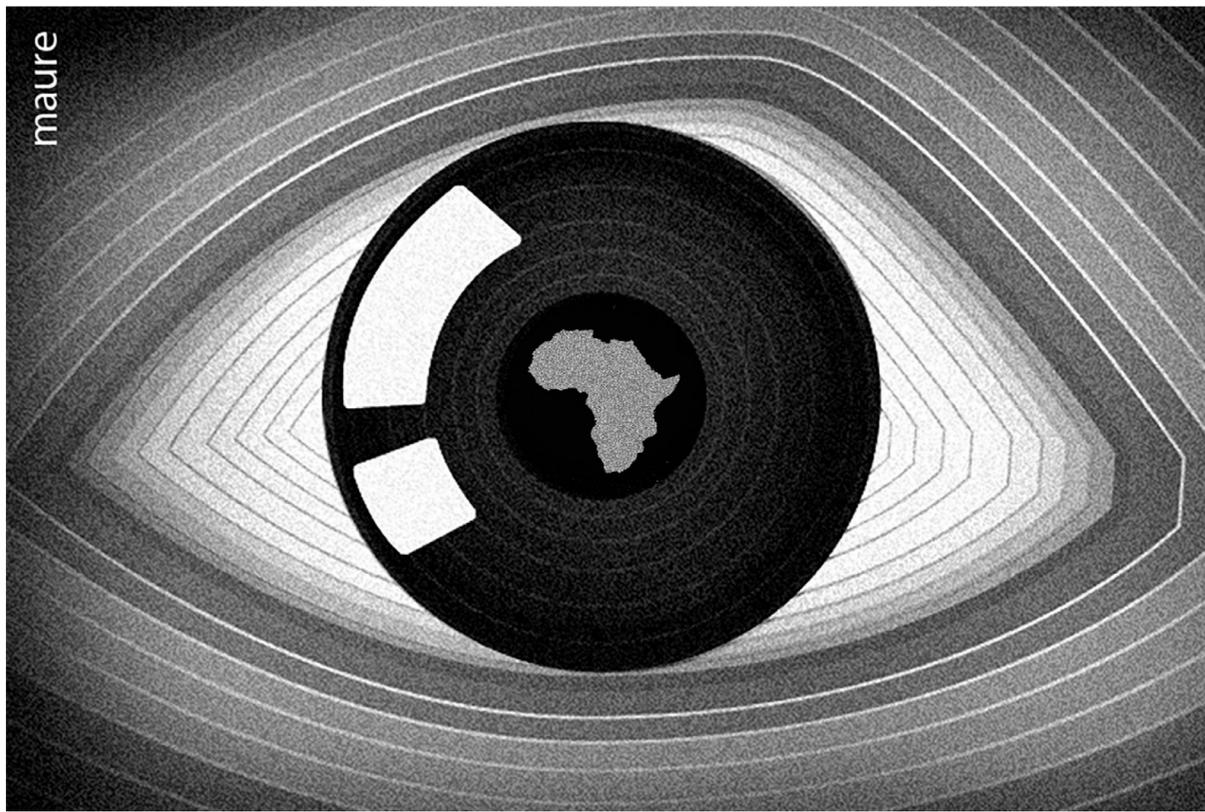


Brasil e África: um novo capítulo em uma longa história



» MAURO VIEIRA
Ministro das Relações Exteriores

A recente visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Egito e à Etiópia, ocasião em que se dirigiu a dezenas de chefes de Estado africanos, reunidos em cúpula da União Africana, representou um marco na retomada da priorização do continente na política externa brasileira e demonstrou o reconhecimento do papel desempenhado pelo Brasil e pelo presidente Lula em valorizar a voz da África.

A África desperta grande interesse, não apenas do Brasil, mas de vários países. Muitos deles, hoje, organizam reuniões regulares com o continente, como é o caso de China, Rússia, Índia, Turquia, Japão, Estados Unidos e diversos países europeus.

No caso do Brasil, a aproximação com o continente, negligenciada no governo anterior, encontra base na nossa história, contempla demandas do amplo segmento de origem africana da população e busca abrir novos caminhos comerciais de interesse para as forças produtivas nacionais. No Itamaraty, o trabalho voltado ao continente é cotidiano: horas depois de chegar do périplo pelo Oriente Médio, recebi comitiva ministerial chefiada pelo chanceler do Benim, com quem já havia me reunido em duas ocasiões anteriores. Trata-se do 16º chanceler africano com quem tive encontros de trabalho desde janeiro do ano passado.

Qual seria, então, a estratégia do Brasil para a atual fase de engajamento com o continente? A palavra que melhor descreve essa estratégia

é parceria. Em uma verdadeira parceria, iniciativas e decisões são mutuamente acordadas, e ambas as partes obtêm benefícios.

No cenário atual, o Brasil e os países africanos são aliados privilegiados em pautas que têm urgência e importância, estruturadas nos três grandes eixos da presidência brasileira do G20: o combate à fome e às desigualdades, o desenvolvimento sustentável com transição energética, e a reforma das instituições de governança.

Como presidente do G20, o Brasil convidou Angola, Egito e Nigéria a participarem das reuniões do grupo que ocorrerão ao longo de 2024. A entrada da União Africana no G20 contou com apoio brasileiro, assim como a adesão de Egito e Etiópia ao Brics.

A capacidade de influir nas tomadas de decisão é aumentada pela ação coordenada, a partir de interesses compartilhados e dos ativos de cada parte. Exemplos disso são a soberania sobre as duas maiores florestas tropicais do mundo; a disponibilidade de recursos minerais essenciais, como níquel, cobalto e lítio; as grandes extensões de terras aráveis; e o domínio de tecnologia agrícola adaptada às condições tropicais e subtropicais.

Em outros temas contemporâneos, entre os quais posso mencionar o controle fiscal, a economia digital, a indústria criativa, o manejo de parques nacionais e estratégias sanitárias, ambos os lados também podem ganhar com o intercâmbio de suas respectivas experiências.

Faz-se urgente aproximar as partes interessadas em aprofundar canais de comércio e investimento já existentes, assim como identificar

novas oportunidades. Para tanto, é preciso escutar e estimular empreendedores, associações comerciais e influenciadores digitais. O fluxo comercial Brasil-África foi, em 2023, de cerca de US\$ 20,4 bilhões. Ainda é pouco. O governo pode abrir portas, mas é essencial que o setor privado ocupe seus espaços e abra novas frentes.

O esforço em curso de reexame de modalidades de apoio e opções de financiamento coincide com a implementação da Área de Livre Comércio Continental Africana, que poderá facilitar o acesso a centenas de milhões de consumidores. A África conta com uma população de 1,4 bilhão de habitantes, a mais jovem do planeta, com idade média de 19 anos. Em 2050, uma em cada quatro pessoas será africana.

Erram, portanto, aqueles que buscam negar a existência de uma estratégia brasileira para a África ou apresentá-la como simples disputa por espaço com outros atores. A ideia de que a África é monolítica e se presta, de tempos em tempos, a sucessivas operações de partilha entre potências rivais é não apenas anacrônica como incompatível com o enfoque brasileiro. Comparações da ação brasileira na África com a de países cuja história, dimensões, meios e objetivos são distintos dos do Brasil levam também a conclusões equivocadas. Ao valorizar as particularidades que caracterizam as relações Brasil-África, o propósito é dar expressão concreta às imensas potencialidades econômico-comerciais e de cooperação existentes, para a prosperidade de nossos povos.

Por um Brasil eficiente

» CARLOS RODOLFO SCHNEIDER
Empresário

A comemorar a aprovação no Congresso Nacional, ao apagar das luzes de 2023, de uma etapa da reforma Tributária — aquela que trata dos impostos sobre o consumo. Foram décadas de discussões, de idas e vindas, para tentar alguma simplificação na caótica estrutura de impostos do país, certamente a mais confusa do planeta. Mas o resultado não foi nota 10. Conseguimos uma nota sete, deu para passar de ano.

A quantidade de exceções à alíquota padrão acolhidas nas duas casas do Congresso, garantindo privilégios a grupos de pressão, permite prever desdobramentos: comprometimento parcial da simplificação que se buscava; aumento da alíquota para os demais setores, não beneficiados com regimes especiais (considerando que, por pressuposto, o governo não quer perder arrecadação), provavelmente para a alíquota mais alta do mundo; e criação de inúmeras oportunidades para questionamentos judiciais de atividades buscando enquadramentos favoráveis.

A dificuldade de se fazer reformas no país, ressaltados alguns importantes avanços nos últimos anos, vem de dois fatores principais: a dificuldade da sociedade brasileira de fazer escolhas e a defesa do status quo, de interesses, de privilégios, por grupos, segmentos, regiões. Todos são a favor das reformas desde que não mexam com os seus “direitos” — às vezes até transformados em “direitos adquiridos”, garantidos constitucionalmente. Isso tem retardado as mudanças e levado a nos conformarmos com o politicamente possível, abrindo mão do

necessário. Logicamente, num regime democrático, as mudanças devem ser negociadas, mas temos nos conformado com avanços modestos, que emperram o crescimento do país.

Por definição, a eficiência do gasto público é menor do que a do gasto privado, por necessárias amarras e controles que precisam haver no setor público e por variáveis políticas frequentemente presentes na alocação dos recursos. Então, quanto maiores as transferências da sociedade para o Estado, via impostos, maior a ineficiência na alocação de recursos do país. Como o Brasil tem a maior carga tributária entre os países em desenvolvimento, potencializamos a ineficiência.

Além do que, estudos têm demonstrado que temos a pior relação do planeta entre impostos cobrados e retorno à sociedade. Lembrando que tributos foram criados para que o governo preste serviços, mas são hoje despendidos majoritariamente para manter a máquina pública. Algo como 20% do PIB. E a discussão não é sobre escolha entre Estado grande ou pequeno, e sim entre Estado forte e ágil versus obeso e ineficiente. Sem desmerecer os muitos bons servidores, que, na realidade, não são reconhecidos, por receberem o mesmo tratamento dos de baixo desempenho, por falta de uma verdadeira meritocracia.

Como bem destacou a agência de rating S&P Global Ratings Brasil na recente elevação da nota soberana do Brasil, reconhecendo alguns avanços como a reforma tributária, “o componente ausente tem sido a falta de progresso para lidar com os gastos grandes, rígidos e

ineficientes do governo”. E sabemos que o novo arcabouço fiscal não pretende cuidar do crescimento do gasto. Pelo contrário, permite a expansão das despesas acima da inflação, o que exige, de outro lado, um crescimento contínuo da arrecadação.

E o ministro da Fazenda, que deveria estar preocupado com a eficiência do gasto e a sustentabilidade do crescimento econômico, não tem feito outra coisa senão buscar mais impostos para cobrir o crescimento do gasto público. Tanto que o ministério já vem sendo chamado de ministério da arrecadação. Com isso, o aumento da carga tributária está sacramentado, e o crescimento do Custo Brasil é certo, diante de uma sociedade que não reage e de um setor financeiro que se preocupa com o equilíbrio das contas públicas — o que é importante —, mas não se preocupa com o nível de extração de riquezas da sociedade para cobrir ineficiências públicas, o que é, pelo menos, igualmente importante.

O Estado precisa aprender a gastar com mais eficiência e enorme volume de recursos que arrecada. Temos que entender que o avanço vem de gastar melhor, e não de gastar mais. Como na educação, onde gastamos perto de 6% do PIB, mais do que países que são referência e têm as melhores colocações no teste Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), em que estamos entre os últimos colocados. Gastar mais significa consumir hoje, gastar melhor significa pensar no amanhã. Os países só evoluem quando investem no futuro, quando conseguem transformar o seu potencial em PIB potencial.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

A galinha dos ovos de ouro

É dito que, sob nenhuma hipótese e em tempo algum, o Estado lhe dará o quer que seja que não tenha arrancado de você antes. A razão é simples: o Estado, por sua natureza bisonha e abstrata, não produz riquezas. Sorve com a gulodice de um bárbaro. No máximo, faz ricos aqueles que estão com as mãos agarradas ao timão.

É óbvio que, dentro de uma premissa injusta e certa como esta, aqueles que se desdobram para cumprir seus deveres dentro das regras terão, ainda, de custear as aventuras irresponsáveis impostas às finanças públicas.

O que muitos suspeitam é que, a partir da Idade Moderna e à medida que os Estados nacionais foram sendo organizados, ocorreu também uma apropriação de sua máquina por parte das elites dirigentes, de modo que a existência de um, passou a condicionar a existência de outro. Sendo dessa forma, pode-se inferir que não há governo algum que possa sobreviver sem o amparo e a proteção direta do Estado ou, em outras palavras, sem os recursos sacados da população.

Daí, não chega a ser surpresa que, de posse desse segredo, ocorra, entre nós, o fenômeno da multiplicação de uma classe de políticos profissionais, cujo empreendimento e o grande negócio é, por meio das dezenas de legendas políticas, lucrar com as franquias do Estado. Certo é que um modelo dessa natureza está fadado ao fracasso. Não dos políticos ou do Estado, mas da nação.

A razão da derrocada desse modelo é a mesma explicada na fábula da “Galinha dos Ovos de Ouro”. Note que a galinha mágica, aqui, é o próprio cidadão. Aqui também, a Curva de Laffer marca o ponto de inflexão, em que o aumento exagerado de impostos é incapaz de aumentar a capacidade arrecadada pelo governo. A solução, nesse caso, é matar a galinha dos ovos de ouro, sufocando o cidadão e levando-o a tomar uma posição radical contra tudo o que exalar o cheiro do Estado.

A sonogação, a informalidade, o contrabando e todo um conjunto de medidas de sobrevivência à margem da lei passam a ganhar, cada vez mais, fôlego, quando o inimigo a ser vencido passa a ser o Estado. Afinal, a quem serve o estatismo? É o que todos passam a refletir. Veja o caso dos motoristas de aplicativos. A enorme maioria está contra a proposta do governo de regulamentar a atividade. Sabem que o Estado tem em mente unicamente tributá-los ao máximo. Agora, mesmo o governo planeja também acabar com o saque-aniversário do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), uma facilidade que os trabalhadores, em sua maioria, apoiaram, por conceder mais liberdade ao uso desses recursos próprios. Outro caso emblemático, entre milhares de outros, e que demonstra a falta de afiniação entre Estado e nação, está no julgamento nas altas cortes que analisa se o intervalo de recreio escolar pode, ou não, ser incorporado à jornada de trabalho dos professores, ou seja, se esse tempo pode ser contado nas horas em que o professor está à disposição do patrão.

Somente quem não conhece, por experiência própria dessa profissão, pode levantar um absurdo como esse e trazê-lo à apreciação de ministros de Estado. Impossível que não saibam que os professores também trabalham em casa nas horas de folga.

A questão é que o bem público não está entre as prioridades de nossos homens públicos. Daí, porque todos acreditarem que quanto menor o poder do Estado, maior o poder do cidadão. O problema é fazer com que o governo passe a acreditar que um Estado forte não é aquele que coloca os cidadãos a serviço de uma elite no poder, mas, sim, o que fortalece e ampara cada um de seus habitantes.

»A frase que foi pronunciada

Embora todas as outras ciências tenham avançado, a do governo está paralisada, pouco melhor compreendida e pouco melhor praticada agora do que há três ou quatro mil anos.

John Adams

Desconsideração

» Uma volta pela cidade na hora do almoço é patente, no serviço público e privado, a falta de um ambiente para descanso dos funcionários. Jardineiros deitam em valas de drenagem, funcionários sentam no chão em frente a lojas, cochilam encostados em árvores. Situação degradante.

Alma boa

» Por onde andará o petista Cafu? Professor de geografia no Colégio Objetivo e ex-deputado distrital. Na década de 1970, percebeu que a criança crescida no Plano Piloto não tinha contato algum com o sofrimento ou pobreza. Ensaia peças infantis e, lá, ia a meninada para o Sarinha ver uma realidade distante.

»História de Brasília

Os funcionários da Justiça do Trabalho, lotados em Brasília, acham-se contentes com a publicação da regulamentação da Lei 4.019. Porquanto, são os únicos funcionários federais que não viram a cor da “dobradinha”. (Publicada em 4/4/1962)